

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Do Atual Estado das Coisas: Estrutura da Justiça Criminal Retributiva, seus Resultados e Abordagem Criminológica.....	19
2.1 Da concepção de estado, políticas públicas e política criminal.....	22
2.2 Da estrutura do poder judiciário e da justiça criminal brasileira.....	31
2.3 O sistema punitivo estatal a partir de dados oficiais	36
2.3.1 Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário.....	37
2.3.2 Relatório do Conselho Nacional de Justiça sobre Reincidência.....	43
2.3.3 Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias	48
2.3.4 Banco Nacional de Monitoramento das Prisões.....	55
2.4 Criminologia e justiça restaurativa: entre minimalismos e eficientismo	59
2.4.1 Labeling Approach	60
2.4.2 Criminologia Crítica.....	65
3. Justiça Restaurativa como uma Nova Abordagem de Justiça: ideias fundamentais sobre Justiça Restaurativa e Empoderamento	77
3.1 Antecedentes históricos.....	80
3.2 Da dificuldade conceitual	84
3.3 Princípios e valores da justiça restaurativa.....	94
3.3.1 Atenção às necessidades e responsabilidades da vítima.....	100
3.3.2 Atenção às necessidades e responsabilidades da comunidade.....	104
3.4 Principais práticas.....	110
3.4.1 Círculos	112
3.4.2 Conferências	114
3.4.3 Mediação Vítima Ofensor (VOM) ou Mediação Penal	115

3.5 Empoderamento.....	118
3.6 Justiça restaurativa e empoderamento	129
4. Caracterização de Experiências Brasileiras de Justiça Restaurativa.....	137
4.1 Do geral ao criminal: exploração das práticas restaurativas.....	138
4.2 A justiça restaurativa no brasil por seus precursores.....	173
4.3 Da continuidade dos projetos piloto ao momento atual	185
4.3.1 Porto Alegre	186
4.3.2 São Caetano do Sul.....	188
4.3.3 Planaltina (DF)	190
4.3.4 Caxias do Sul (RS).....	192
4.3.5 Ponta Grossa (PR)	195
4.4 A justiça restaurativa nos tribunais superiores e nos tribunais de justiça do Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal e territórios e Paraná	197
4.4.2 Superior Tribunal de Justiça	199
4.4.3 Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.....	200
4.4.4 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	210
4.4.5 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	216
4.4.6 Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.....	222
4.5 Documentos oficiais e projetos de lei sobre o tema.....	226
4.5.1 Cartas (Araçatuba, Brasília e Recife)	227
4.5.2 Documentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	228
4.5.3 Recomendação do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação...	234
4.5.4 Ministério da Justiça	236
4.5.5 Conselho Nacional do Ministério Público	237
4.5.6 O Acordo de Não Persecução Penal.....	238
4.5.7 Projeto de Lei 7006 de 2006 e Projeto de Lei 8045 de 2010 (Novo Código de Processo Penal).....	239
4.5.8 Projeto de Lei do Senado Federal 236 de 2012 (Novo Código Penal)	242

5. Justiça Restaurativa Criminal no Brasil: Limites e Possibilidades.....	245
5.1 Justiça restaurativa: uma prática em busca de um conceito?	245
5.2 Crime e justiça restaurativa: antes, durante, depois ou nunca?.....	261
5.3 Empoderamento de si a partir do encontro com o outro.....	275
5.4 Justiça restaurativa como propriedade.....	289
5.5 Voluntários apaixonados.....	297
6. Considerações Finais	301
Referências	313